



ACESSIBILIDADE DE USUÁRIOS COM DEFICIÊNCIA EM UM SERVIÇO DE SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ADAPTAÇÃO DE AÇÕES EXTENSIONISTAS AO MODO VIRTUAL

Cândida Virllene Souza de Santana¹
Danielle Dantas de Medeiros Fernandes²
Lilian Débora Paschoalin Miguel³
José Luís Simões Maroja⁴
Rilva Lopes de Sousa Muñoz⁵

RESUMO

A extensão universitária exerce um papel de extrema importância para a formação acadêmica, profissional e cidadã. Diante da percepção da existência de barreiras à acessibilidade em um hospital universitário, elaborou-se um projeto de extensão “Diversidade nos Serviços de Saúde: Promovendo a Acessibilidade para Usuários com Necessidades Especiais em um Hospital Universitário”. Em decorrência da pandemia, as atividades práticas em campo foram suspensas, havendo necessidade de modificações nas ações planejadas no projeto. Assim, o objetivo deste trabalho é relatar a experiência de adaptação do projeto proposto originalmente para execução presencial ao modo virtual e expor as contribuições das ações desenvolvidas para a extensão universitária. Nesse contexto, dentre as atividades realizadas referentes à temática da acessibilidade nos serviços de saúde, destacam-se: rodas de conversas virtuais, ciclos de seminários, confecção de materiais audiovisuais, concessão de entrevistas e construção de documentos colaborativos. Tais ações possibilitaram a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades tecnológicas. Ademais, auxiliaram na construção de um pensamento crítico-reflexivo e de uma visão mais sensível acerca das dificuldades enfrentadas pela pessoa com deficiência (PcD). A partir dos estudos e das discussões, ficou evidente a presença das diversas barreiras à acessibilidade nos serviços de saúde, constatando-se a premência de alterações para que seja possível atender adequadamente às necessidades da PcD. Portanto, houve a corroboração da relevância social do projeto de extensão na luta pela inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.

Palavras-chave: Acessibilidade, Extensão Universitária, Pessoas com Deficiência, Serviços de Saúde, Virtual.

¹ Graduanda do Curso de Medicina da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, extensionista do Projeto de Extensão Diversitas/PROBEX/UFPB, candida.santana@academico.ufpb.br;

² Graduanda do Curso de Medicina da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, danielle.dantas@academico.ufpb.br;

³ Docente do Curso de Medicina – Centro de Ciências Médicas, UFPB, lilian7miguel@gmail.com;

⁴ Docente do Curso de Medicina – Centro de Ciências Médicas, UFPB, jmaroja@hotmail.com;

⁵ Professora orientadora. Doutora do Centro de Ciências Médicas – UFPB, rilva.munoz@academico.ufpb.br.



INTRODUÇÃO

Quando os usuários de um serviço de saúde dependem de assistência para ter acesso físico à unidade, podem ser considerados pessoas com deficiência (PcD), mas não contar com essa assistência leva a desvantagens e iniquidades na assistência à saúde. Nesse sentido, os ambulatorios acessíveis devem possuir recursos que possibilitem que PcD, incluindo aqueles que usam cadeiras de rodas, recebam atendimento adequado. É preciso considerar não apenas a deficiência no sentido biomédico, mas que não haja lacuna entre capacidade pessoal e demanda ambiental.

O direito de atenção à saúde das PcD é alcançado por meio da acessibilidade dos serviços de saúde em uma base equitativa, em um atendimento que vá ao encontro de suas necessidades de saúde. A deficiência em si não é uma doença, mas as PcD podem ter doenças crônicas ou comorbidades que exigem atenção e gestão do cuidado. Atualmente, apesar de ser um requisito legal nos termos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), o fornecimento de ajustes razoáveis ainda não é aplicável de forma completa nos serviços de saúde, e sua implementação geralmente depende do conhecimento de cada equipe e de sua flexibilidade em termos de prestação de cuidados.

Ao longo de muitas décadas, a luta pelos direitos das pessoas com deficiência (PcD) tem sido destacar o papel das barreiras e opressões na vida dessas pessoas. Embora as pessoas com deficiência geralmente tenham condições e deficiências de saúde, passou a haver um maior foco na remoção de barreiras sociais por meio do modelo social da deficiência, a fim de evitar visões medicalizadas da deficiência (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009). A PcD enfrenta dificuldades de diversas naturezas e barreiras que impedem sua plena participação nos espaços sociais. A assistência médica é um direito humano, mas as barreiras de acesso a este direito continuam sendo um dos principais desafios entre as pessoas com deficiência (LAGU; GRIFFIN; LINDENAUER, 2015). Uma das várias razões que explica isso é que existem poucas evidências sobre as barreiras de acesso à saúde entre elas.

Embora os direitos da PcD tenham sido estabelecidos legalmente, a sociedade ainda não os assegura plenamente, o que também é observado nos serviços de saúde, seja pela falta de condições estruturais ou ausência de capacitação profissional. Nesse contexto, a extensão universitária tem a possibilidade de desempenhar um papel importante no combate a tais



iniquidades, visto que um dos seus principais intentos consiste no fomento à transformação de realidades sociais (DESLANDES; ARANTES, 2017).

Assim, o projeto de extensão “Diversidade nos Serviços de Saúde: Promovendo a acessibilidade para usuários com necessidades especiais em um hospital universitário” originalmente teve o propósito de compreender a situação vivenciada pelas pessoas com diferentes tipos de deficiência em um serviço de saúde de referência, visando à identificação das barreiras à acessibilidade, conjuntamente com elas no contexto da extensão universitária, a qual reúne uma ampla diversidade de atributos construtivos para a trajetória acadêmica.

Um olhar voltado para PcD permite perceber a complexidade e as dificuldades por elas enfrentadas, particularmente em situação de doença, pois nem sempre os hospitais são planejados para facilitar o acesso a quem apresenta dificuldades de mobilidade física. O nosso projeto de extensão foi elaborado para apreciação da acessibilidade do setor ambulatorial do Hospital Universitário Lauro Wanderley (HULW) a partir da visão dos próprios usuários e de sua reflexão a respeito, em conjunto com a observação pela equipe do projeto, por meio da troca de saberes, encontrar maneiras de superação de barreiras eventualmente percebidas.

Devido ao estado de calamidade pública decretado em decorrência da pandemia da doença pelo novo coronavírus (COVID-19), houve suspensão das atividades extensionistas presenciais na universidade, sendo necessário realizar modificações no nosso projeto de extensão. O presente artigo tem o objetivo de relatar a experiência do projeto ajustado à modalidade virtual e apresentar as atividades executadas, assim como avaliar sua contribuição acadêmica.

REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), quase 46 milhões de brasileiros, cerca de 24% da população, declarou ter algum grau de dificuldade em pelo menos uma das habilidades investigadas (enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus), ou possuir deficiência mental/intelectual. Considerando apenas os que têm grande ou total dificuldade para enxergar, ouvir, caminhar ou subir degraus, além dos que declararam ter deficiência mental ou intelectual, estima-se em mais de 12,5 milhões de brasileiros com deficiência, o que corresponde a 6,7% da população. A Política Nacional de Saúde (IBGE, 2015) estimou que existem 200,6 milhões de pessoas residentes em domicílios



particulares permanentes, em 2013, e desse total, 6,2% possui pelo menos uma das deficiências citadas anteriormente.

Apesar disso, o acesso das pessoas com deficiência aos serviços de saúde no Brasil tem sido pouco explorado. O acesso desigual a prédios (hospitais, centros de saúde), equipamentos médicos inacessíveis, sinalização ruim, portas estreitas, degraus internos, banheiros inadequados e áreas de estacionamento inacessíveis criam barreiras aos serviços de saúde.

A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2013) define deficiência como um termo genérico para deficiências, limitações de atividades e restrições de participação. Deficiência é a interação entre indivíduos com uma condição de saúde (por exemplo, paralisia cerebral, síndrome de Down e depressão) e fatores pessoais e ambientais (por exemplo, atitudes negativas, transporte inacessível e prédios públicos e apoio social limitado). A deficiência pode ser classificada em vários agrupamentos, por exemplo: deficiência física, deficiência sensorial - visão prejudicada, audição prejudicada ou fala prejudicada, deficiência intelectual e condições de saúde mental.

A definição de deficiência, como diversidade humana, tem um significado estreito para muitos. Ter uma deficiência ainda é considerado geralmente como puramente relacionado à saúde, doença e limitação funcional, especialmente nas ciências da saúde. Contudo, a deficiência é uma faceta fundamental da diversidade humana, mas fica para trás raça, gênero, etnia, orientação sexual e classe em reconhecimento dentro e fora da academia. Além disso, devido à maneira como minoritária é constituída, é sem dúvida mais heterogênea do que as de raça, gênero, classe e orientação sexual. Deficiências podem afetar sentidos ou mobilidade; podem ser estáticos ou progressivos, congênitos ou adquiridos, formais (afetando a forma do corpo) ou funcionais, visíveis ou invisíveis. Todas essas diferenças criam possíveis linhas de falha dentro do todo; longe de monolítico, então, a categoria de pessoas com deficiência é flexionada com diferenças que afetam profundamente a política de identidade.

Com relação à extensão universitária, a princípio, para colocá-la em prática, os envolvidos em determinada ação precisam obter conhecimento sobre a temática correspondente à atividade proposta. Assim, dentre as inúmeras práticas desenvolvidas no âmbito da extensão, a preparação teórica é essencial para tornar a equipe, sobretudo os discentes, aptos à compreensão do assunto e à execução das tarefas. No caso do projeto



“Diversidade nos Serviços de Saúde”, estudar e refletir sobre a realidade vivenciada pela pessoa com deficiência (PcD) no contexto das instituições de saúde possibilitou o reconhecimento dos seus direitos a partir de produções .

No que tange particularmente à extensão, sua existência visa ao compartilhamento de saberes entre a academia e a comunidade. A partir das vivências decorrentes das ações extensionistas, há o incentivo à construção de um pensamento crítico-reflexivo, contribuindo para a formação de indivíduos mais comprometidos com as necessidades sociais. Com isso, espera-se também que o conhecimento obtido na universidade seja expandido e proporcione benefícios à sociedade. O trabalho de extensão, a terceira dimensão da educação, desempenha um papel vital para provocando uma transformação social. A educação e a extensão estão inter-relacionadas para ajudar as pessoas a descobrir e analisar seus problemas e identificar suas necessidades sentidas e divulgar informações úteis para as pessoas, assim como contribuir para mobilizar os recursos disponíveis (SCHEIDEMANTEL; KLEIN; TEIXEIRA, 2004).

Essa integração possui significativa relevância, uma vez que apresenta potencial para auxiliar no processo de empoderamento e na garantia dos direitos do grupo (MARTINS, 2006). De fato, uma ação extensionista que tenha como público-alvo as pessoas com deficiência tem a capacidade de proporcionar uma maior visibilidade à categoria, ampliando as probabilidades de que os seus anseios sejam atendidos. Nesse sentido, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) corresponde a uma norma legal que propõe assegurar e efetivar os direitos da PcD. Contudo, a transgressão de tais prerrogativas ainda consiste em uma grave problemática na sociedade contemporânea. Como exemplo desse fato, tem-se nítida falta de acessibilidade em muitos espaços sociais, compreendendo um entrave ao pleno estabelecimento da inclusão das pessoas com deficiência.

Nos serviços de saúde, são diversos os obstáculos que contrariam a aplicação do princípio da acessibilidade. É notório que as pessoas com deficiência encontram diferentes tipos de transtornos quando precisam dos cuidados de saúde (LAGU; GRIFFIN; LINDENAUER, 2015). Além da disponibilização de recursos médicos, a remoção das barreiras, visando à promoção de ambientes acessíveis, torna-se essencial para garantir a dignidade humana da PcD (DINIZ; BARBOSA; SANTOS, 2009).

Portanto, a investigação das dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência tem o potencial de auxiliar os processos de planejamento, estruturação e melhoria das condições de acessibilidade dos serviços de saúde, a fim de prestar um cuidado adequado às



peças que sofrem com as disparidades em saúde (CASTRO et al., 2011). Muitas dessas pessoas não conhecem os seus direitos, no sentido de conscientização política, social e cultural. Esta é uma perspectiva do entendimento da extensão como forma prática de aprendizagem, tanto para os usuários do HULW com deficiência quanto para a formação do estudante extensionista, uma vez que esta possibilita interações transformadoras entre universidade e sociedade e proporciona novas formas de aprendizagem, tendo como base a relação aluno-professor-comunidade.

Por outro lado, a equipe de saúde de serviços de atenção não especializada pode não ter o conhecimento, as habilidades e as atitudes adequadas para atender às necessidades das PcD (LAGU et al., 2015). Áreas específicas de *déficit* educacional identificadas nos profissionais estão relacionadas a habilidades gerais de comunicação, conhecimento e informações sobre deficiências. As necessidades das pessoas com deficiência intelectual podem nem ser abordadas nos currículos de profissionais da área da saúde, indicando que eles não ofereceram conteúdo curricular relacionado à identificação e atendimento de tais necessidades (TROLLER et al., 2016).

É importante que os gestores dos serviços de saúde atentem para as demandas dessa clientela e que busquem oferecer atendimento adequado e responsivo. Entender por que a mudança é necessária é fundamental para alcançar essa mudança. Portanto, é necessário que os que trabalham no sistema de saúde desenvolvam uma consciência das muitas barreiras que as pessoas com deficiência podem enfrentar e, então, pensem criativamente sobre como as mudanças podem ser feitas.

METODOLOGIA

Trata-se de relato de experiência sobre o processo de adequação do projeto de extensão ao modo virtual em virtude das medidas sanitárias impostas pela pandemia. Com a restrição das atividades em campo, as ações da extensão precisaram ser ajustadas para a segurança do público-alvo interno e externo. Dessa forma, foram realizadas variadas atividades remotas voltadas à acessibilidade de usuários com deficiência em serviços de saúde, com o objetivo de promover a manutenção dos ideais do projeto acadêmico na situação de excepcionalidade em saúde enfrentada em todo o mundo.



Inicialmente, houve uma etapa de capacitação teórica dos extensionistas por meio de estudos e ciclos de seminários on-line baseados em fontes de conhecimento sobre diversidade, deficiência, acessibilidade e direitos humanos das PcD, sendo enquadrados nas seguintes categorias: leis nacionais, convenções internacionais, capítulos de livros, ensaios reflexivos e artigos científicos originais. Como exemplos dos diversos documentos estudados, destacam-se: a promoção da saúde e prevenção de doenças na Rede de Atendimento à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde, o Sistema Único de Apoio Social (SUAS), as bases teóricas do modelo social da deficiência, a Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Deficiências Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a NBR 9050/2015 do subsistema hospitalar e os Constituição Cidadã. Posteriormente, os componentes da equipe participavam de rodas de conversas virtuais, por meio de reuniões na plataforma de videoconferência do Google Meet, possibilitando a exposição das contribuições de cada integrante sobre os documentos propostos para a discussão.

Para estabelecer um contato virtual com a sociedade, criou-se um perfil do projeto na plataforma do Instagram. Assim, a rede social foi utilizada como principal veículo midiático na propagação de informações referentes às necessidades das PcD, o que demandou a realização de pesquisas para fundamentar as postagens e vídeos divulgados. A divulgação do projeto também ocorreu através de entrevistas a emissoras de rádio, à TV UFPB, a portais de notícias (institucional e da imprensa local). Além disso, houve a apresentação das ações desenvolvidas no simpósio “Diálogos da Extensão”, um evento promovido pela Assessoria de Extensão do Centro de Ciências Médicas ao qual o projeto está filiado.

Outra atividade importante do cronograma de ações adaptado ao ambiente virtual consistiu na construção de um formulário para obtenção de informações referentes ao atendimento de necessidades de usuários com deficiências em um serviço ambulatorial. Para realizar esta ação de forma colaborativa e remotamente, empregamos uma ferramenta de processamento de texto on-line para propiciar a participação dos extensionistas na escrita cooperativa do formulário. Após discussão preliminar dos temas centrais envolvidos no nosso projeto de extensão, realizamos uma revisão da literatura sobre os tópicos priorizados para a elaboração colaborativa dos itens do instrumento, com posterior inserção de itens em um documento do Google Docs em uma dinâmica de “tempestade de ideias”. Dessa maneira, foi elaborada uma lista com itens relativos às possíveis dificuldades que a pessoa com deficiência enfrenta, para a investigação das condições de acessibilidade no local.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em uma perspectiva geral, as experiências com as ações adaptadas ao modelo virtual possibilitaram aquisição de habilidades tecnológicas, desenvolvimento da criatividade e obtenção de conhecimentos essenciais para a futura execução do projeto presencialmente. A partir das ações empreendidas, foi possível uma aprendizagem significativa de assuntos imprescindíveis para o entendimento e respeito à diversidade humana representada pela deficiência, corroborando a importância social do projeto na busca pela inclusão.

A realização de encontros remotos quinzenais, com envolvimento de discentes extensionistas e docentes do projeto contribuiu para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, através de diálogos e rodas de conversa, com discussão das problematizações, visando garantir o debate das questões analisadas. Esta ação não pode substituir a obtenção de vivências extensionistas práticas que se configurassem como oportunidades de ensino e de aprendizagem por meio da relação dialógica com os usuários que seriam nosso público-alvo da comunidade. Contudo, na impossibilidade de execução do projeto conforme foi planejado, em virtude da suspensão das atividades ambulatoriais do hospital, a reorganização do projeto foi realizada com ajustes das ações de extensão ao modo virtual.

A nossa universidade tem reagido de forma solidária na atual pandemia, continuando projetos de ensino, pesquisa e extensão por meios que não requerem presença física dos seus atores e, seguindo as recomendações da Pro-Reitoria de Extensão, realizaram-se ações de extensão viáveis nessa conjuntura. Uma capacitação da equipe foi realizada de forma remota por meio do Google Meet a partir de estudos e ciclos de seminários baseados em fontes de conhecimento sobre diversidade, deficiência, acessibilidade e direitos humanos das PcD.

Os estudos dos documentos e as rodas de conversas virtuais com a participação ativa de cada componente foram atividades enriquecedoras para o grupo, visto que proporcionaram a obtenção de conhecimentos e a formação de um pensamento crítico-reflexivo acerca da realidade das PcD em serviços de saúde. A partir dessa capacitação teórica, a conjuntura vivenciada pelas pessoas com deficiência, diante das barreiras à acessibilidade existentes na sociedade, pôde ser melhor vislumbrada pelos integrantes do projeto. As discussões geradas favoreceram a construção de uma visão mais sensível pelos extensionistas, fortalecendo a



importância da compreensão da responsabilidade como cidadãos na reivindicação pela promoção do bem-estar das PcD.

No âmbito das redes das redes sociais, utilizou-se a plataforma do Instagram como principal veículo midiático na propagação de informações referentes às necessidades das PcD, o que demandou a realização de pesquisas para fundamentar as postagens e vídeos divulgados. As pesquisas feitas para a produção dos conteúdos digitais promoveram capacitação dos extensionistas, que conseguiram produzir conhecimento a partir das ações empreendidas. No tocante à publicização das ações no Instagram, o perfil do projeto produziu mais de 100 postagens sobre variadas questões relacionadas às necessidades das PcD. Conseqüentemente, informações relevantes puderam ser disseminadas, com o intuito de promover a conscientização sobre a temática na sociedade.

Portanto, a manutenção do projeto e os ajustes cumpridos potencializaram o processo de ensino-aprendizagem de seus participantes. O projeto também foi divulgado por meio de entrevistas a emissoras de rádio, à TV UFPB, a portais de notícias (institucional e da imprensa local) e no simpósio “Diálogos da Extensão” promovido pela Assessoria de Extensão do centro. Assim, além dos extensionistas que participaram do projeto, um contingente de pessoas interessadas puderam acompanhar as mensagens produzidas. É importante ressaltar que, devido às medidas de segurança impostas pela instituição, não foi possível estabelecer um contato direto/presencial com o público-alvo (usuários com deficiências que utilizam os serviços do ambulatório do hospital). Contudo, as ações virtuais conseguiram atingir uma significativa quantidade de indivíduos. Nesse sentido, a autoavaliação feita pelos componentes do projeto foi muito positiva, no contexto das ações que a Universidade possibilitou para se adaptar e continuar desempenhando o seu papel social no período de excepcionalidade.

Assim, a promoção de práticas, experiências reorientadoras do agir acadêmico e da formação profissional por meio da observação da realidade na atenção à saúde de minorias, ao dar a voz para que os protagonistas das ações da saúde sejam bem-sucedidas no âmbito da prática alcançou os objetivos de forma indireta e preliminar. Foi possível realizar um mapeamento presencial das condições de acesso do portador de deficiência física e averiguar as condições de acesso ao prédio do HULW quando ocorreu a reabertura do setor ambulatorial.

Esta última ação foi a única possível de forma presencial em virtude das medidas de distanciamento social exigidas pela situação de pandemia. A análise das condições de



acessibilidade dentro das Normas da ABNT NBR 9050 (Associação Brasileira de Normas Técnicas) no setor ambulatorial do HULW foi uma etapa que estava no projeto original e, embora não tenha sido viável e seguro o contato com os usuários ainda, a visita exploratória realizada servirá de subsídios para ações posteriores do projeto quando as condições de normalidade forem alcançadas. A lista construída de forma colaborativa foi utilizada na referida visita exploratória de quatro integrantes do projeto ao ambulatório do hospital (em um momento de maior flexibilização das medidas sanitárias), facilitando a sistematização das informações coletadas na atividade prática de identificação das barreiras à acessibilidade presentes no ambiente.

Além disso, tais atividades realizadas durante o período remoto constituíram temáticas para a elaboração de trabalhos científicos. Foram escritos cinco resumos sobre as ações desenvolvidas pelo projeto para a participação no XXI Encontro de Extensão da instituição. Um vídeo de apresentação do projeto também foi produzido para a submissão ao evento. Portanto, nota-se que houve o cumprimento e a aplicação do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão pelo projeto.

Considerando as Diretrizes da Extensão Universitária (Conforme Política Nacional da Extensão Universitária), a interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade Ensino - Pesquisa – Extensão, impacto na formação do estudante e na transformação social, este projeto foi inserido no Programa de Bolsas de Extensão (PROBEX/UFPB)/2020 na área temática da Saúde e nas linhas “Paz, Justiça e Instituições Eficazes”, “Redução das Desigualdades” e “Cidades e Comunidades Sustentáveis”. Entende-se que a extensão universitária estabelece, nesse âmbito, um fluxo de saberes sistematizados de natureza acadêmica e popular, em que tanto comunidade quanto estudantes e professores aprendem e se retroalimentam a partir dessa troca. Desta forma, a extensão impacta tanto na formação do estudante, quanto na transformação da comunidade parceira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da restrição das atividades em campo devido às medidas sanitárias vigentes, o projeto conseguiu obter significativos resultados a partir da adaptação ao modelo virtual. A manutenção do projeto e os ajustes cumpridos potencializaram o processo de ensino-aprendizagem de seus participantes. Dessa maneira, as ações realizadas representaram a concretização parcial, mas possível da busca por experiências reorientadoras do agir



acadêmico e da formação profissional no sentido de tornar visíveis as demandas de PcD atendidas nos ambulatórios do HULW.

Ao elencar as experiências e os resultados das ações remotas, pôde-se fazer uma associação com as perspectivas do projeto e agregar ideias para sua execução posterior mais aprimorada. Houve incentivo à prática do pensamento crítico-reflexivo pelos extensionistas, discentes e docentes, proporcionando uma experiência de aprendizagem significativa e colaborativa no contexto de uma universidade comprometida socialmente em educar os futuros profissionais em um mundo de desigualdade e injustiça para minorias.

Sabemos que mesmo pequenos projetos de extensão, desenvolvidos em nível local, implicando habilidades relativamente simples, fornecem benefícios diretos aos participantes, e têm chances de mobilizar a atenção das pessoas e o envolvimento ativo da comunidade. Em qualquer situação, com cenas institucionais favoráveis ou desfavoráveis, sempre é possível contribuir por meio de um projeto de extensão no que concerne às necessidades que serão identificadas. Muitas das principais iniciativas para tornar os serviços mais acessíveis têm um custo neutro. Consideração, compaixão e comunicação aberta são gratuitas. O tempo gasto na identificação das necessidades de uma pessoa é um investimento em cuidados mais seguros, eficazes e inclusivos.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR9050: **Acessibilidade a mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT; 2004.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional no 105/2019. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020.

Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf. Acesso em: 28 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de jul. de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 25 out. 2020.

CASTRO, S. S. *et al.* Acessibilidade aos serviços de saúde por pessoas com deficiência.

Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 99-105, 2011. Disponível em:

<http://scielosp.org/pdf/rsp/2011.v45n1/99-105/pt>. Acesso em: 26 out. 2020.



DESLANDES, M. S. S.; ARANTES, A. R. A extensão universitária como meio de transformação social e profissional. **Sinapse e Múltipla**, Betim, v.6, n. 2, p. 179-183, 2017. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/sinapsemultipla>. Acesso em: 28 out. 2020.

DINIZ, D., BARBOSA, L., SANTOS, W. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. **SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 6, n. 11, p. 65-78, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sur/v6n11/04.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde : 2013 : ciclos de vida : Brasil e grandes regiões / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015.**

FORPROEX, Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária, Manaus, 2012. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

LAGU, T.; GRIFFIN, C.; LINDENAUER, P. K. Ensuring access to health care for patients with disabilities. **JAMA Intern. Med.**, v. 175, n. 2, p. 157-8, 2015. Disponível em: <https://europepmc.org/backend/ptpmcrender.fcgi?accid=PMC4545487&blobtype=pdf>. Acesso em: 26 out. 2020.

MARTINS, T. C. **Extensão universitária e pessoas com deficiência: integração necessária para a garantia de direitos.** Orientadora: Dra. Maria Manoela Valença. 2006. 89 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Centro Sócio Econômico, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/118764/286327.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 out. 2020.

SCHEIDEMANTEL, S. E.; KLEIN, R.; TEIXEIRA, L. I. A importância da extensão universitária: o projeto Construir. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte. **Anais[...]** 2004. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrext/Direitos/Direitos5.pdf>. Acesso em: 28 out. 2017.

TROLLER, J.N. et al. Intellectual disability healthcare content within nursing curriculum: An audit of what our future nurses are taught, *Nursing Education Today*, v. 45, s. n. P. 72-79, 2016